



ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		CH	PROVA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO
	AC	PCD				
Pedagogo	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior (Educação Infantil e/ou Séries Iniciais) e comprovação do exercício de 02 anos de docência ⁽⁵⁾	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Anos Iniciais Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior (Séries Iniciais).	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Anos Iniciais Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Licenciatura Plena, em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Arte Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Artes Visuais ou Educação Artística, ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Arte Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Licenciatura em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Ciências Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Ciências Biológicas, Biologia ou Ciências, ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Professor Ciências Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura completa em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Educação Especial Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Educação Especial ou Pedagogia com complementação em Educação Especial.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Educação Especial Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura completa com cursos de aperfeiçoamento ou experiência na área de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Educação Física	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Educação Física e Registro no CREF, ou outra graduação correspondente à área específica, complementação pedagógica, nos termos da lei vigente, e Registro no CREF.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Educação Infantil Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Educação Infantil Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior. b) Magistério Completo e cursando a partir da 4ª fase de demais licenciaturas plenas. c) Ensino Médio Completo e cursando Licenciatura Plena e Pedagogia ou Normal Superior; a partir da 4ª fase.	Conforme item III deste anexo.
Professor Ensino Religioso Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Ensino Religioso (Ciências da Religião).	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Professor Ensino Religioso Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Licenciatura em História, Filosofia ou Geografia e cursos específicos na área de Ensino Religioso; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Geografia Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Geografia, ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Geografia Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Formação em nível superior ou Licenciatura Plena, em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor História Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em História ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor História Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura completa em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Informática Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Informática.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Professor Informática Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura e especialização na área de informática; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Inglês Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa, Licenciatura em Língua Inglesa, ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Inglês Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura completa em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Libras Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Letras/Libras.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Libras Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.
Professor Língua Portuguesa Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Letras com habilitação em Língua Portuguesa ou Licenciatura específica em Língua Portuguesa.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Língua Portuguesa Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino	Conforme item III deste anexo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

					Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	
Professor Matemática Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva e Títulos	Licenciatura específica em Matemática, ou outra graduação correspondente à área específica e complementação pedagógica, nos termos da lei vigente.	R\$ 6.023,24 ⁽⁴⁾
Professor Matemática Não Habilitado	CR ⁽¹⁾	--	40h ⁽³⁾	Objetiva	a) Outra Licenciatura completa em área afim da disciplina de atuação; b) Modalidade Normal com atuação no Ensino Fundamental séries finais; c) Cursando no mínimo a 8ª fase de Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação; d) Cursando a partir da 4ª fase, Licenciatura Plena específica na disciplina de atuação.	Conforme item III deste anexo.

CR = CADASTRO RESERVA

CH = CARGA HORÁRIA SEMANAL

AC = AMPLA CONCORRÊNCIA

PCD = PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Entenda-se

⁽¹⁾ Por CR, deve-se entender Cadastro Reserva. A convocação dos candidatos classificados neste certame fica condicionada às vagas que surgirem, dentro do prazo de validade do certame, em conformidade com a necessidade e a disponibilidade orçamentária do ente público, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas.

⁽³⁾ O candidato poderá ser convocado para carga horária diversa da estipulada acima (10h, 20h ou 30h), nos termos da legislação vigente, conforme necessidade e conveniência da Administração Pública.

⁽⁴⁾ Para os cargos de Professor e Pedagogo: Valor inicial de ingresso, referente à carga horária de 40h no NÍVEL INICIAL (graduação), de cada categoria, conforme enquadramento, nos termos da legislação local vigente, limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, Art. 37, XI. Caso seja contratado para outra carga horária, perceberá o valor proporcional, conforme a carga horária e o nível de ingresso de cada categoria. O contratado fará jus aos benefícios/vantagens/gratificações, nos termos da legislação vigente e/ou que entrar em vigor. Auxílio Alimentação no valor de R\$ 29,04 para contratos de 40 horas semanais (respeitando a proporcionalidade) por dia útil trabalhado, conforme artigo 85 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações (Lei Complementar n. 522, de 29 de junho de 2023).

⁽⁵⁾ Para o cargo de Pedagogo, a experiência no setor privado deverá ser comprovada mediante Carteira de Trabalho desde que o campo cargo/função especifique a área de atuação ou Declaração fornecida pela pessoa física ou jurídica legalmente responsável pela empresa, designando o cargo, a discriminação das atividades desenvolvidas e o período de trabalho com início e fim; a experiência como servidor público deverá ser comprovada mediante Declaração fornecida pela pessoa jurídica responsável, designando o cargo, a discriminação das atividades desenvolvidas e o período de trabalho com início e fim; a comprovação de experiência para os profissionais autônomos dar-se-á mediante Declaração da pessoa jurídica a quem foi prestado o serviço, onde conste a especificação do serviço prestado e o período de trabalho com início e fim.



DO SALÁRIO BASE PARA PROFESSOR HABILITADO E NÃO HABILITADO

- I - Valor de remuneração correspondente ao nível de contratação de Graduação em início de carreira, com 40h semanais, caso seja outro nível ou carga horaria, o valor seja ajustado.
- II - Para a função de Professor Habilitado: Valor inicial de ingresso, referente à carga horária de 40h no NÍVEL INICIAL (graduação), de cada categoria, conforme enquadramento, nos termos da legislação local vigente, limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, Art. 37, XI. Caso seja contratado para outra carga horária, perceberá o valor proporcional, conforme a carga horária e o nível de ingresso de cada categoria. O contratado fará jus aos benefícios/vantagens/gratificações, nos termos da legislação vigente e/ou que entrar em vigor.
- III - O salário-base do professor não habilitado será equivalente aos níveis de vencimento a seguir especificados:
- a) Professor com formação em nível médio na modalidade normal, com atuação no ensino fundamental séries finais, vencimento equivalente a 100% (cem por cento) do vencimento base pago ao professor nível 1 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
 - b) Professor com formação em nível superior sem habilitação para o magistério, ou estudante que estejam cursando no mínimo a 8ª fase do curso referente a vaga ofertada, vencimento equivalente a 90% (noventa por cento) do vencimento base pago ao professor nível 2 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
 - c) Professor que esteja regularmente matriculado e cursando no mínimo a 4ª fase dos cursos de Pedagogia, Normal Superior ou Licenciatura Plena, vencimento equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento base pago ao Professor Nível 2 do Plano de Carreira do Magistério Municipal.



ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros. Tipologia e gêneros textuais. Sentido próprio e figurado das palavras. Significação de palavras e expressões: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Coesão e coerência textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das letras e divisão silábica. Classes de palavras e seus empregos: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Flexão nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Formação e estrutura das palavras. Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Período simples e período composto. Coordenação e subordinação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego da crase. Colocação pronominal. Pontuação. Emprego dos pronomes e formas de tratamento. Vozes verbais. Discurso direto, indireto e indireto livre. Figuras de linguagem. Funções da linguagem. Variação linguística e adequação da linguagem às diferentes situações de comunicação. Reescrita de frases e períodos, observando equivalência de sentido, correção gramatical e adequação vocabular.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica. Estatuto dos servidores - Lei Complementar n. 522, de 29 de junho de 2023, e alterações. Plano de carreira do magistério - Lei Complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações. Lei n. 6.378, de 27 de junho de 2022.

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

PEDAGOGO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. História da educação brasileira. Teorias e tendências pedagógicas: pedagogia tradicional, renovada, tecnicista, libertadora, libertária e histórico-crítica. Contribuições de Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon, Paulo Freire, Maria Montessori, John Dewey e outros estudiosos da educação. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Processos de ensino e aprendizagem. Desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor. Planejamento educacional e planejamento pedagógico. Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Currículo escolar: concepções, organização, integração e interdisciplinaridade. Avaliação educacional: diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem. Avaliação institucional e indicadores educacionais. Coordenação pedagógica: atribuições, acompanhamento e orientação do trabalho docente. Formação continuada de professores. Observação, registro e acompanhamento das práticas pedagógicas. Organização de reuniões pedagógicas e conselhos de classe. Gestão escolar e gestão democrática. Relações interpessoais e mediação de conflitos no ambiente escolar. Relação entre escola, família e comunidade. Dificuldades e transtornos de



aprendizagem. Alfabetização e letramento. Educação inclusiva e práticas pedagógicas acessíveis. Atendimento às necessidades educacionais específicas. Estratégias de intervenção pedagógica. Recuperação e recomposição das aprendizagens. Organização dos tempos e espaços escolares. Projetos interdisciplinares. Tecnologias digitais aplicadas à educação. Documentação pedagógica e registros escolares. Desenvolvimento de projetos educacionais e acompanhamento dos resultados de aprendizagem. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR ANOS INICIAIS HABILITADO E PROFESSOR ANOS INICIAIS NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos pedagógicos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desenvolvimento infantil e processos de aprendizagem. Alfabetização e letramento. Consciência fonológica, princípio alfabético, sistema de escrita alfabética e apropriação da linguagem escrita. Métodos e estratégias de alfabetização. Leitura, interpretação e produção de textos. Oralidade, análise linguística e semiótica. Gêneros textuais e práticas sociais de leitura e escrita. Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais. Ensino de Matemática: sistema de numeração decimal, operações fundamentais, resolução de problemas, grandezas e medidas, geometria, estatística e probabilidade. Desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Ensino de Ciências: corpo humano, saúde, seres vivos, ambiente, matéria, energia e fenômenos naturais. Ensino de História: identidade, memória, cultura, tempo histórico, relações sociais e diversidade cultural. Ensino de Geografia: espaço geográfico, paisagem, lugar, território, orientação espacial, cartografia escolar e relações entre sociedade e natureza. Interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Metodologias ativas e aprendizagem significativa. Jogos, brincadeiras e materiais concretos como recursos pedagógicos. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos de acompanhamento da aprendizagem. Recuperação e recomposição das aprendizagens. Educação inclusiva e adaptações pedagógicas. Organização dos tempos e espaços de aprendizagem. Gestão da sala de aula. Tecnologias digitais e recursos educacionais. Relação entre escola, família e comunidade. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR ARTE HABILITADO E PROFESSOR ARTE NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias,



observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais e culturais da Arte. História da Arte brasileira e mundial. Arte na Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo, Expressionismo, Cubismo, Surrealismo, Modernismo e Arte Contemporânea. Arte brasileira: manifestações indígenas, afro-brasileiras, populares e contemporâneas. Linguagens artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Elementos constitutivos das Artes Visuais: ponto, linha, forma, cor, textura, volume, luz, sombra, perspectiva e composição. Desenho, pintura, escultura, gravura, fotografia, cinema e produções digitais. Elementos da linguagem musical: ritmo, melodia, harmonia, timbre, intensidade e duração. Práticas de apreciação, criação e expressão musical. Dança: corpo, movimento, espaço, tempo, ritmo e expressão corporal. Teatro: interpretação, improvisação, expressão vocal, expressão corporal, jogos teatrais e criação cênica. Processos de criação, fruição, reflexão e contextualização artística. Patrimônio histórico, artístico e cultural. Cultura popular e manifestações culturais regionais. Arte e diversidade cultural. Arte e educação inclusiva. Abordagem triangular do ensino da Arte. Metodologias e práticas pedagógicas no ensino de Arte. Planejamento de atividades artísticas. Avaliação da aprendizagem em Arte. Projetos interdisciplinares e integração das linguagens artísticas. Tecnologias digitais aplicadas à produção e ao ensino de Arte. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR CIÊNCIAS HABILITADO E PROFESSOR CIÊNCIAS NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos do ensino de Ciências da Natureza. Investigação científica, observação, experimentação, formulação de hipóteses e interpretação de resultados. Matéria e energia: propriedades da matéria, estados físicos, transformações físicas e químicas, misturas, separação de misturas, substâncias e materiais. Estrutura atômica e elementos químicos. Energia: formas, fontes, transformações, conservação e utilização sustentável. Calor, temperatura, luz, som, eletricidade e magnetismo. Vida e evolução: características dos seres vivos, organização celular, células procariontes e eucariontes, tecidos, órgãos e sistemas. Classificação dos seres vivos. Vírus, bactérias, protozoários, fungos, plantas e animais. Anatomia e fisiologia humana. Sistemas digestório, respiratório, circulatório, excretor, nervoso, endócrino, locomotor e reprodutor. Reprodução humana, sexualidade e desenvolvimento. Genética, hereditariedade e evolução biológica. Ecologia: ecossistemas, cadeias e teias alimentares, relações ecológicas, ciclos biogeoquímicos e biodiversidade. Educação ambiental, sustentabilidade,



conservação dos recursos naturais e impactos ambientais. Terra e Universo: estrutura e dinâmica da Terra, atmosfera, hidrosfera, litosfera, clima, fenômenos geológicos, Sistema Solar e movimentos da Terra. Saúde individual e coletiva. Alimentação e nutrição. Imunização, prevenção de doenças e saneamento básico. Metodologias investigativas no ensino de Ciências. Atividades experimentais e práticas laboratoriais. Segurança em atividades experimentais. Planejamento, avaliação e recursos didáticos no ensino de Ciências. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL HABILITADO E PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Princípios da inclusão, equidade, acessibilidade e eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. Público da Educação Especial: estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação. Deficiência intelectual, física, visual, auditiva e múltipla. Características, necessidades educacionais e estratégias de atendimento. Desenvolvimento humano e processos de aprendizagem de estudantes com deficiência. Atendimento Educacional Especializado (AEE): objetivos, organização, planejamento e práticas pedagógicas. Identificação e eliminação de barreiras à aprendizagem. Plano de Atendimento Educacional Especializado. Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Adaptações razoáveis, flexibilização curricular e estratégias de acessibilidade pedagógica. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade. Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA). Noções de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sistema Braille. Orientação e mobilidade. Estratégias pedagógicas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Estratégias de apoio a estudantes com deficiência intelectual e múltipla. Desenvolvimento da autonomia, comunicação, interação social e habilidades adaptativas. Altas habilidades ou superdotação: identificação, enriquecimento curricular e práticas pedagógicas. Avaliação da aprendizagem na perspectiva inclusiva. Trabalho colaborativo entre professores do ensino regular, profissionais do AEE, famílias e equipe multiprofissional. Mediação pedagógica e inclusão nas atividades escolares. Recursos pedagógicos acessíveis e materiais adaptados. Ética, respeito à diversidade e garantia da participação escolar. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno



de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais e pedagógicos da Educação Física. Educação Física escolar e cultura corporal do movimento. Desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social. Crescimento e desenvolvimento humano. Aprendizagem motora e habilidades motoras fundamentais. Psicomotricidade: esquema corporal, lateralidade, equilíbrio, coordenação motora, orientação espacial e temporal. Capacidades físicas: força, resistência, velocidade, flexibilidade, agilidade e coordenação. Anatomia e fisiologia aplicadas à atividade física. Benefícios da atividade física para a saúde e a qualidade de vida. Jogos e brincadeiras: classificação, características e possibilidades pedagógicas. Jogos cooperativos, competitivos e recreativos. Esportes individuais e coletivos. Fundamentos, técnicas, táticas e regras básicas do atletismo, futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol e demais modalidades esportivas escolares. Ginásticas: tipos, características e aplicações pedagógicas. Danças, atividades rítmicas e expressivas. Lutas e práticas corporais de aventura. Educação Física inclusiva e atividades físicas adaptadas. Planejamento e organização de aulas. Metodologias de ensino dos esportes e práticas corporais. Avaliação da aprendizagem em Educação Física. Segurança nas atividades físicas e prevenção de acidentes. Noções de primeiros socorros em atividades esportivas. Ética esportiva, respeito às diferenças, cooperação e inclusão. Tecnologias e recursos pedagógicos aplicados à Educação Física escolar. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO E PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e pedagógicos da Educação Infantil. Concepções de infância, criança e desenvolvimento infantil. Educação e cuidado como práticas indissociáveis. Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. Campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Desenvolvimento físico, motor, cognitivo, emocional, social e da linguagem. Contribuições de Piaget, Vygotsky, Wallon, Montessori, Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Decroly, Freinet,



Malaguzzi, Dewey, Malaguzzi, Freire, e outros estudiosos da infância. Organização dos tempos, espaços, materiais e ambientes de aprendizagem. Planejamento de experiências pedagógicas. Projetos e sequências de atividades. Brincadeiras livres e dirigidas. Jogos simbólicos e faz de conta. Literatura infantil, contação de histórias e desenvolvimento da linguagem oral. Musicalização, expressão corporal, dança e artes visuais. Exploração do ambiente, da natureza e dos fenômenos cotidianos. Noções matemáticas na Educação Infantil. Construção da identidade, autonomia e socialização. Rotinas de acolhimento, alimentação, higiene, repouso e cuidados pessoais. Educação inclusiva na primeira infância. Observação, registro, documentação pedagógica e acompanhamento do desenvolvimento infantil. Avaliação na Educação Infantil sem objetivo de promoção ou classificação. Portfólios, relatórios descritivos e registros de aprendizagem. Relação entre instituição de ensino, família e comunidade. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO HABILITADO E PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e antropológicos do Ensino Religioso. Ensino Religioso como componente curricular da Educação Básica. Laicidade do Estado e respeito à liberdade de consciência, crença e não crença. Ensino Religioso não confessional e respeito à diversidade cultural e religiosa. Fenômeno religioso e suas manifestações históricas e sociais. Tradições religiosas e filosofias de vida. Crenças religiosas e convicções filosóficas. Religiões de matrizes indígenas, africanas, orientais e ocidentais. Cristianismo, Judaísmo, Islamismo, Hinduísmo, Budismo e outras tradições religiosas. Religiosidades populares e manifestações religiosas brasileiras. Identidades e alteridades. Imanência e transcendência. Símbolos, ritos, mitos, narrativas, textos sagrados e tradições orais. Espaços e territórios religiosos. Lideranças e organizações religiosas. Ética, valores, solidariedade, respeito e convivência democrática. Direitos humanos e cultura de paz. Diversidade religiosa e enfrentamento da intolerância, discriminação e preconceito religioso. Relações entre religião, cultura, sociedade e história. Diálogo inter-religioso e intercultural. Metodologias de ensino do fenômeno religioso. Planejamento de aulas, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem em Ensino Religioso. Abordagem pedagógica das diferentes manifestações religiosas sem proselitismo. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR GEOGRAFIA HABILITADO E PROFESSOR GEOGRAFIA NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno



de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Evolução do pensamento geográfico. Conceitos fundamentais: espaço geográfico, paisagem, lugar, território, região e redes geográficas. Cartografia: orientação, localização, coordenadas geográficas, escalas, projeções cartográficas, mapas temáticos e interpretação de representações espaciais. Tecnologias geográficas: sensoriamento remoto, geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas. Geografia física: estrutura geológica, relevo, solos, clima, vegetação, hidrografia e biomas. Dinâmica da atmosfera e fenômenos climáticos. Recursos naturais e sustentabilidade ambiental. Problemas ambientais: desmatamento, poluição, erosão, mudanças climáticas e perda da biodiversidade. Geografia humana: população, demografia, migrações, urbanização e movimentos populacionais. Organização do espaço urbano e rural. Industrialização, agricultura, pecuária, extrativismo, comércio e serviços. Globalização, economia mundial e divisão internacional do trabalho. Geopolítica contemporânea, conflitos territoriais e relações internacionais. Blocos econômicos e organizações internacionais. Geografia do Brasil: formação territorial, regionalização, população, economia, urbanização e desigualdades regionais. Geografia de Santa Catarina: aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Dinâmicas socioespaciais e transformações do território. Educação ambiental e cidadania. Metodologias de ensino de Geografia. Alfabetização cartográfica e leitura crítica do espaço geográfico. Planejamento, avaliação e recursos didáticos no ensino de Geografia. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR HISTÓRIA HABILITADO E PROFESSOR HISTÓRIA NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos teóricos e metodológicos da História. Historiografia e produção do conhecimento histórico. Fontes históricas, memória, patrimônio e identidade. Tempo histórico, cronologia, permanências, mudanças, continuidades e rupturas. Pré-História e primeiras sociedades humanas. Civilizações da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. Idade Média: feudalismo, Igreja, cultura medieval e transformações sociais. Idade Moderna: Renascimento, Reformas Religiosas, expansão marítima, absolutismo, mercantilismo e colonização. Revoluções Inglesas, Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Independências nas Américas. Imperialismo e transformações do capitalismo. Primeira e Segunda Guerras Mundiais.



Revolução Russa, Guerra Fria e ordem mundial contemporânea. História da África e dos povos africanos. História dos povos indígenas e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. História do Brasil: povos originários, colonização portuguesa, escravidão, economia colonial, movimentos emancipacionistas e Independência. Brasil Império: Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado. Abolição da escravidão e Proclamação da República. República Velha, Era Vargas, República Populista, Regime Militar e redemocratização. Constituição Federal de 1988 e história política recente do Brasil. Movimentos sociais, direitos humanos, cidadania e democracia. História de Santa Catarina: ocupação territorial, colonização, imigração, formação econômica, social e cultural. Diversidade étnica e cultural brasileira. Patrimônio histórico e cultural. Metodologias do ensino de História. Uso de fontes documentais, imagens, mapas, objetos e recursos digitais. Planejamento e avaliação da aprendizagem em História. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR INFORMÁTICA HABILITADO E PROFESSOR INFORMÁTICA NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos da informática e das tecnologias digitais. Evolução histórica dos computadores e da computação. Conceitos de hardware, software, firmware e periféricos. Componentes básicos do computador: processador, memória, dispositivos de armazenamento e dispositivos de entrada e saída. Sistemas operacionais: conceitos, funções e utilização. Windows e Linux: gerenciamento de arquivos, pastas, usuários e configurações básicas. Aplicativos de escritório: editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações. Microsoft Word, Excel e PowerPoint. LibreOffice Writer, Calc e Impress. Fórmulas, funções básicas, referências de células, gráficos e organização de dados em planilhas. Internet e redes de computadores. Navegadores, mecanismos de busca, correio eletrônico e serviços em nuvem. Redes locais, protocolos básicos e conectividade. Segurança da informação: senhas, autenticação, antivírus, malware, phishing, backup e proteção de dados. Privacidade e cidadania digital. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): conceitos fundamentais e proteção de dados no ambiente educacional. Pensamento computacional: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos. Lógica de programação. Variáveis, operadores, estruturas condicionais e de repetição. Introdução à programação visual e textual. Programação em blocos. Noções de robótica educacional. Cultura digital, letramento digital e uso crítico das tecnologias. Recursos educacionais digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas e acessibilidade digital. Inteligência artificial e suas aplicações educacionais. Ética no uso das tecnologias. Planejamento de aulas de informática. Metodologias de ensino de computação e tecnologias digitais. Avaliação da aprendizagem em informática. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR INGLÊS HABILITADO E PROFESSOR INGLÊS NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à



educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Língua Inglesa. Língua inglesa como língua franca e sua função na comunicação intercultural. Competências comunicativas: compreensão oral, produção oral, leitura e escrita. Estratégias de leitura e interpretação de textos em língua inglesa. Identificação de informações explícitas e implícitas. Inferência de significados pelo contexto. Gêneros textuais orais, escritos e multimodais. Vocabulário e expressões idiomáticas. Formação de palavras: prefixos, sufixos e composição. Classes gramaticais: substantivos, artigos, adjetivos, advérbios, pronomes, preposições, conjunções e verbos. Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, reflexivos e indefinidos. Substantivos contáveis e incontáveis. Quantificadores. Graus dos adjetivos e advérbios. Tempos verbais: Simple Present, Present Continuous, Simple Past, Past Continuous, Present Perfect, Past Perfect, Simple Future e Future with Going To. Modal Verbs. Voz ativa e passiva. Discurso direto e indireto. Conditional Sentences. Relative Clauses. Phrasal Verbs. Gerund and Infinitive. Question Tags. Concordância verbal e nominal. Estrutura de frases afirmativas, negativas e interrogativas. Pronúncia, entonação e aspectos fonológicos da língua inglesa. Variações linguísticas e culturais. Abordagens comunicativas no ensino de línguas. Planejamento de aulas, sequências didáticas e avaliação da aprendizagem em Língua Inglesa. Recursos digitais e materiais autênticos no ensino de inglês. Inclusão e diversidade nas práticas de ensino de línguas. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR LIBRAS HABILITADO E PROFESSOR LIBRAS NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos históricos, linguísticos, sociais e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). História da educação de surdos no Brasil e no mundo. Cultura surda, identidade surda e comunidade surda. Libras como língua de modalidade visuoespacial. Lei nº 10.436/2002 – Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Decreto nº 5.626/2005 – Regulamentação da Libras e sua inserção nos



processos educacionais. Lei nº 14.191/2021 – Educação bilíngue de surdos. Estrutura linguística da Libras. Parâmetros fonológicos: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação da palma e expressões não manuais. Morfologia e sintaxe da Libras. Formação e flexão de sinais. Classificadores. Verbos direcionais e não direcionais. Pronomes, numerais e expressões temporais. Concordância e organização espacial do discurso. Expressões faciais e corporais. Datilologia e alfabeto manual. Vocabulário básico e contextualizado em Libras. Comunicação cotidiana, escolar e institucional em Libras. Variações linguísticas e regionais da Libras. Aquisição da linguagem por crianças surdas. Bilinguismo na educação de surdos. Libras como primeira língua e Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Práticas pedagógicas visuais e acessíveis. Recursos didáticos e tecnologias assistivas na educação de surdos. Literatura surda e produções culturais em Libras. Planejamento de aulas e estratégias de ensino de Libras. Avaliação da aprendizagem em Libras. Inclusão escolar, acessibilidade comunicacional e interação entre estudantes surdos e ouvintes. Ética e respeito às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA HABILITADO E PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Linguagem, língua, fala, discurso e comunicação. Variação linguística e adequação da linguagem às situações comunicativas. Fonética e fonologia: fonemas, letras, encontros vocálicos, encontros consonantais e dígrafos. Ortografia oficial, acentuação gráfica e emprego do hífen. Estrutura e formação de palavras. Morfologia: classes de palavras, flexões e emprego. Substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Sujeito e predicado. Complementos verbais e nominais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego da crase. Colocação pronominal. Período simples e composto. Coordenação e subordinação. Pontuação e seus efeitos de sentido. Semântica: sinonímia, antonímia, polissemia, homonímia, paronímia, denotação e conotação. Figuras de linguagem. Coesão e coerência textual. Intertextualidade e interdiscursividade. Tipologias e gêneros textuais. Leitura, compreensão, interpretação e análise crítica de textos. Estratégias de leitura e construção de sentidos. Produção textual: planejamento, textualização, revisão e reescrita. Oralidade, escuta e práticas de comunicação. Análise linguística e semiótica. Literatura brasileira e portuguesa: escolas literárias, autores, obras e características dos movimentos literários. Literatura infantil e juvenil. Letramento literário e formação de leitores. Metodologias de ensino da leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Planejamento, avaliação e recursos didáticos no ensino de Língua Portuguesa. Tecnologias digitais e gêneros multimodais. Combate ao preconceito e à discriminação.

PROFESSOR MATEMÁTICA HABILITADO E PROFESSOR MATEMÁTICA NÃO HABILITADO

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): princípios e fins da educação nacional, organização da educação básica, etapas e modalidades de ensino, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação e formação dos profissionais da educação. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): direitos fundamentais, direito à educação, proteção integral, deveres da família, da



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

sociedade e do poder público, prevenção e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação, acessibilidade, inclusão escolar, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras. Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 14.254/2021 – Acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), suas diretrizes, metas e estratégias, observada a legislação vigente. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais da Educação Básica, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organização curricular e competências e habilidades. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Lei nº 13.722/2018 – Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Lei nº 14.811/2024 – Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração coletiva, implementação e avaliação. Gestão democrática e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, diversidade, equidade e respeito às diferenças. Ética e responsabilidade profissional no ambiente educacional. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Matemática. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais e suas propriedades. Divisibilidade, números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações, números decimais, razão, proporção e porcentagem. Regra de três simples e composta. Matemática financeira: juros simples, juros compostos, descontos e aplicações práticas. Potenciação e radiciação. Expressões numéricas e algébricas. Produtos notáveis e fatoração. Equações e inequações do primeiro e segundo graus. Sistemas de equações. Funções: conceitos, domínio, imagem, gráficos e aplicações. Funções afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Sequências numéricas, progressões aritméticas e geométricas. Geometria plana: pontos, retas, planos, ângulos, polígonos, circunferência, perímetros e áreas. Teorema de Tales e Teorema de Pitágoras. Semelhança e congruência de figuras. Trigonometria no triângulo retângulo. Geometria espacial: prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. Áreas e volumes de sólidos geométricos. Geometria analítica: plano cartesiano, distância entre pontos, ponto médio e equações da reta. Grandezas e medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, tempo e temperatura. Estatística: coleta, organização, representação e interpretação de dados. Tabelas, gráficos, média aritmética, média ponderada, mediana e moda. Probabilidade e análise combinatória. Princípios de contagem, arranjos, combinações e permutações. Raciocínio lógico-matemático e resolução de problemas. Educação financeira. Modelagem matemática e investigação matemática. Jogos e materiais manipuláveis no ensino de Matemática. Tecnologias digitais e softwares educacionais. Planejamento, avaliação e metodologias de ensino de Matemática. Combate ao preconceito e à discriminação.



ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PCD – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 deste edital, para que surta os efeitos legais que:

- 1 – A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 – O candidato que se inscrever na condição de pessoa com deficiência (PcD), caso seja nomeado e empossado, estará sujeito às mesmas normas aplicáveis aos demais servidores públicos quanto à avaliação da capacidade laborativa, readaptação funcional e aposentadoria, observada a legislação vigente. A condição de pessoa com deficiência, por si só, não constitui fundamento automático para a concessão de readaptação ou aposentadoria, devendo eventual requerimento ser analisado mediante avaliação técnica e/ou perícia médica oficial, conforme os requisitos legais aplicáveis.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

ENVIAR JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO PCD



ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

Assinale com um X o motivo do requerimento:

☐ *Pessoa com deficiência*

☐ *Amamentação*

☐ *Outro. Qual? _____*

1. PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

1.1 VISUAL

☐ *Total (cego)*

☐ *Subnormal (parcial)*

Descreva os recursos necessários para fazer a prova:

Caso necessite de prova ampliada, descreva o tamanho da fonte (será concedido o limite máximo de fonte 24):

NOTA: *A prova para os deficientes visuais totais, que optarem por ledor de prova, será lida e registrada por um profissional capacitado.*

Registre, se for o caso, outras condições especiais necessárias:

1.2 AUDITIVA.

☐ *Total*

☐ *Parcial*

Faz uso de aparelho? ☐ Sim ☐ Não

Precisa de intérprete de LIBRAS? ☐ Sim ☐ Não

NOTA: *Para os candidatos com deficiência auditiva a prova não será em sua totalidade traduzida, apenas termos específicos e/ou contextualização de termos dentro da sentença, caso solicitado pelo candidato.*

Registre, se for o caso, outras condições especiais necessárias:

1.3 FÍSICA.

Parte do corpo:

☐ *Membro superior (braços/mãos)*



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

() Membro inferior (pernas/pés)

() Outra parte do corpo. Qual? _____

Utiliza algum aparelho para locomoção? () Sim () Não

Qual? _____

Necessita de algum objeto especial para fazer a prova? () Sim () Não

Indique o objeto necessário para realizar a prova:

Registre, se for o caso, outras condições necessárias:

2. AMAMENTAÇÃO.

Nome completo do acompanhante do bebê: _____

Nº do documento de identificação (RG) do acompanhante: _____

Observação: O original desse documento deverá ser apresentado no dia da aplicação das provas.

Para ter o benefício deverá anexar junto a este requerimento a certidão de nascimento do bebê.

3. PESSOA QUE GUARDA OS SÁBADOS POR MOTIVOS RELIGIOSOS.

() Sim () Não

Para ter o benefício deverá anexar junto a este requerimento a declaração da instituição religiosa.

4. OUTROS.

Candidato com outro tipo de deficiência ou temporariamente com problemas graves de saúde (acidentado, operado e outros), registre, a seguir, o tipo/doença e as condições necessárias:

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

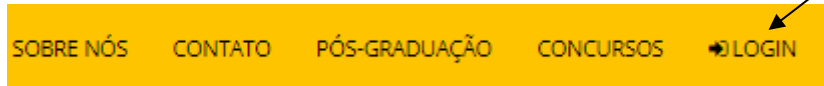
ENVIAR JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO CONDIÇÕES ESPECIAIS

ANEXO V
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

OS DOCUMENTOS EXPOSTOS NO ITEM 9. DO REFERIDO EDITAL DEVERÃO SER ENTREGUES NO ATO DA CONTRATAÇÃO.

I. PARA O ANEXO DOS TÍTULOS O CANDIDATO DEVERÁ:

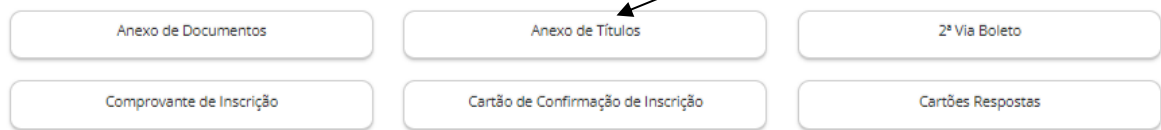
- a) Acessar o site www.acesseconcursossc.com.br
- b) Acessar a área do candidato:



SOBRE NÓS CONTATO PÓS-GRADUAÇÃO CONCURSOS **LOGIN**

- c) Clicar em ANEXO DE TÍTULOS:

Selecione a opção desejada:



Anexo de Documentos	Anexo de Títulos	2ª Via Boleto
Comprovante de Inscrição	Cartão de Confirmação de Inscrição	Cartões Respostas

- d) Selecionar o Município desejado e clicar em visualizar, após abrirá a aba para anexar os títulos desejados.
- e) Os documentos comprobatórios de títulos deverão ser digitalizados em um único arquivo no formato “PDF”, para cada aba disponível.
- f) É responsabilidade exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.
- g) A empresa Acesse Concursos não se responsabiliza por documentos não anexados caso o candidato não aguarde o carregamento do documento na plataforma.
- h) Os candidatos deverão anexar os títulos durante o prazo de inscrição estipulado neste edital.**
- i) Serão aceitos como títulos:**
 - Certificado de Pós-graduação *Stricto sensu* a nível de doutorado;
 - Certificado de Pós-graduação *Stricto sensu* a nível de mestrado;
 - Certificado de Pós-graduação *Lato sensu* a nível de especialização, neste caso sendo obrigatório o envio de: certificado com disciplinas, ou certificado com histórico escolar contendo as disciplinas, ambos com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas).

II. O anexo dos títulos não garante a pontuação ao candidato, pois os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

III. Os Títulos, quando expedidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados da tradução para a língua portuguesa por Tradutor Juramentado e, ainda, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação, de acordo com a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

IV - Não serão aceitos como títulos:

- a) que não estiver nítido e/ou legível;
- b) que contenha erro de digitalização que dificulte a avaliação;
- c) de curso que seja o requisito/habilitação para contratação;
- d) que apresente o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação;
- e) de categorias que não estejam descritas no quadro de Pontuação de Títulos (conforme tabela abaixo);
- f) de curso não concluído;
- g) apresentado em forma de boletim de matrícula, atestado de frequência, atestado/ata de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese, assim como outro documento que não atenda às exigências expressas no quadro de Pontuação de Títulos (conforme tabela abaixo);
- h) sem a tradução para a língua portuguesa e/ou a revalidação, em caso de título em língua estrangeira;
- i) que ultrapasse a quantidade máxima de títulos a serem apresentados, considerando quadro de Pontuação



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

de Títulos (conforme tabela abaixo);

- j) que apresente rasuras, emendas ou entrelinhas;
- k) que apresente dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a banca avaliadora de aferir a pontuação correta segundo os critérios previstos neste Edital;
- l) que não esteja com o nome e assinatura do declarante, período de conclusão do curso, em papel timbrado de instituição autorizada por órgão competente, com portaria e ato autorizativo;
- m) de candidato que tenha sido eliminado na Prova Objetiva;
- n) certificados ou declarações que contenham data de conclusão superior a data limite para anexo dos títulos.
- o) certificados de Pós-Graduação *Lato sensu* que não apresentem a respectiva carga horária (com no mínimo 360 horas) e disciplinas cursadas.
- p) documentos anexados e divergentes do nome da inscrição não serão reconhecidos, não sendo atribuído nota ao candidato.
- q) diploma de graduação ou histórico contendo todas as fases concluídas para cômputo de títulos para não habilitados.
- r) os documentos que forem inativados pelos candidatos não serão computados neste certame.

V. Os documentos anexados permanecerão na plataforma, onde o candidato poderá verificar quais documentos anexou.

VI. Não haverá em hipótese algum outro período ou forma para entrega dos documentos para prova de títulos.

VII. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VIII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas (histórico), aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

IX. O candidato que possuir título com nome diverso do que consta no documento de identificação utilizado para a inscrição deverá enviar também uma cópia digitalizada em arquivo “pdf” do documento comprobatório da alteração (certidão de casamento, divórcio, averbação no Registro Civil, entre outros), informando nome correto e relacionando os títulos encaminhados que apresentam a divergência de nome para fins de comprovação da titularidade, sob pena de não ser pontuado.

X. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Certame.

XI. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XII. Os documentos referentes à habilitação mínima não serão computados, visto que é exigência para contratação. Ex: graduação/licenciatura.

XIII. Os pontos das linhas “a”, “b” e “c” da tabela a seguir não são cumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título da categoria de formação, apresentado pelo (a) candidato (a).

XIV. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

XV. No caso de envio de dois títulos da mesma linha a, b ou c, será validado apenas um título para cômputo da nota.

NA PROVA DE TÍTULOS, A PONTUAÇÃO SERÁ ATRIBUÍDA DE ACORDO COM OS TÍTULOS APRESENTADOS PELO CANDIDATO, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E OS VALORES ESTABELECIDOS NA TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
Pós-graduação/especialização - LATO SENSU Título de Pós-Graduação em nível de Especialização e/ou MBA - duração mínima de 432 horas/aula (que equivale a 360 horas cheias). concluído até a data da apresentação dos títulos.	4,0 (quatro) pontos	a
Pós-graduação/mestrado - STRICTO SENSU Título de Mestre na área em que concorre, concluído até a data da apresentação dos títulos.	7,0 (sete) pontos	b
Pós-graduação/doutorado - STRICTO SENSU Título de Doutor na Área em que concorre, concluído até a data da apresentação dos títulos.	10,0 (dez) pontos	c



ANEXO VI
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

PROFESSORES

Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;
3. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
4. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
5. Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
6. Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes;
7. Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua;
8. Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
9. Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral;
10. Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos;
11. Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos, sociais e cidadãos;
12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

PEDAGOGO

Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Coordenar a construção e execução da proposta pedagógica da escola;
2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;
5. Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
7. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.
8. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
9. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da rede de ensino ou da escola;
10. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
11. Acompanhar e supervisionar o funcionamento da(s) escola(s), zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pela qualidade de ensino.
12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo ensino-aprendizagem.